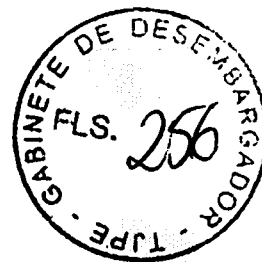




**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**



**1ª Câmara Cível**

**Recurso de Agravo na Apelação nº. 0301594-7**

**Agravante: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Crédito no Estado de Pernambuco**

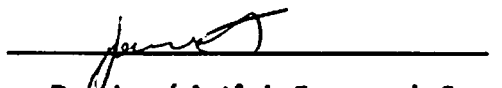
**Agravado: Itaú Unibanco S.A (atual denominação do Banco Itaú S.A)**

**Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO A APELAÇÃO. INTERDITO PROIBITÓRIO. GREVE BANCÁRIA. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA EM FACE DA INCOMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA ESTADUAL AFASTADA. PERDA DO OBJETO DA AÇÃO DESCONFIGURADA. SINDICATO DESCUMPRIU ORDEM JUDICIAL TENDO QUE SER RESPONSABILIZADO CIVILMENTE POR SEUS ATOS. MULTA DIÁRIA REDUZIDA DE R\$ 20.000,00 PARA R\$ 5.000,00. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

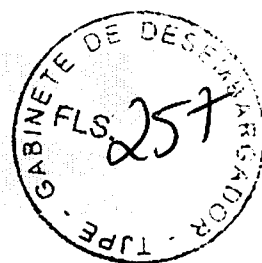
**ACÓRDÃO** - Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 30 de abril de 2013, por unanimidade de votos em negar provimento ao recurso de agravo, na forma do voto do relator.

Recife, 30 de abril de 2013. (data da lavratura)

  
**Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**  
**Relator**



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**



**1ª Câmara Cível**

**Recurso de Agravo na Apelação nº. 0301594-7**

**Agravante: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Crédito no Estado de Pernambuco**

**Agravado: Itaú Unibanco S.A (atual denominação do Banco Itaú S.A)**

**Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

**RELATÓRIO**

**Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Crédito no Estado de Pernambuco**, interpôs Recurso de Agravo contra decisão terminativa prolatada por esta Relatoria que se deu parcial provimento ao Recurso de Apelação por ele interposto, apenas para reduzir a multa diária aplicada pelo juiz a quo, do patamar de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Em seu recurso o agravante sustenta que é da competência da Justiça do Trabalho processar e julgar a presente ação, em razão do advento da EC nº 45, e que o juízo a quo deveria ter declinado de sua competência em face da alteração do art. 114 da Constituição Federal.

No mérito, aduz que a ação perdeu o objeto, tendo em vista que a greve chegou ao final antes de prolatada a sentença e requer que a multa diária, que já fora reduzida, seja reduzida ainda mais, agora para o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Por fim, requer que seja processado este Agravo, a fim de ser submetido à apreciação da Primeira Câmara do Tribunal de Justiça de Pernambuco, a quem requer o acolhimento do presente recurso de agravo e seu provimento.

**É o essencial a relatar.**

**Passo a proferir meu voto.**



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**



**1ª Câmara Cível**

**Recurso de Agravo na Apelação nº. 0301594-7**

**Agravante: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Crédito no Estado de Pernambuco**

**Agravado: Itaú Unibanco S.A (atual denominação do Banco Itaú S.A)**

**Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

**VOTO PRELIMINAR**

**Preliminar de Nulidade da Sentença em face da Incompetência Material desta Justiça Estadual.**

A apelante arguiu preliminar de nulidade da sentença em face da suposta incompetência da Justiça Estadual de processar e julgar a presente ação.

Entendo, porém, que não há que se falar em nulidade da sentença, uma vez que é da competência da Justiça Estadual conhecer e apreciar questões relacionadas às demandas de natureza possessória.

A problemática versa sobre matéria de direito privado, uma vez que a demanda não adentra na seara constitucional única e exclusiva relativa ao direito de greve, possuindo evidente cunho de natureza privada.

Ressalte-se que em nenhum momento a instituição financeira apelada solicitou que se impedisse o movimento paretista, mas somente que se assegurasse o seu direito de posse sobre os imóveis referentes às agências bancárias.

Sobre o assunto, ademais, o Superior Tribunal de Justiça entende ser da competência da Justiça Estadual julgar o interdito proibitório em casos idênticos ao versado nos autos, confira-se:



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



*INTERDITO PROIBITÓRIO - Ação movida por banco contra sindicato, visando a impedir a ocupação de agência bancária no decorrer de movimento grevista - Liminar concedida - Contestação sustentando a incompetência da Justiça Comum Estadual, em prol da Justiça do Trabalho, com fundamento na Emenda Constitucional 45/2004 - Competência da Justiça Comum Estadual reconhecida - Processo extinto, sem julgamento do mérito, por perda de objeto - Sucumbência a cargo do acionado - Agravo Regimental improvido.*

*É competente a Justiça Comum Estadual para julgamento de interdito proibitório movido contra o sindicato ante o temor de invasão de agência bancária por ocasião de greve alegadamente por ele liderada.*

*Agravo Regimental improvido. (AgRg no Ag 801.134/DF, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/04/2011, DJe 15/04/2011)*

Rejeito, pois, a preliminar suscitada.

Recife, 30 de Abril de 2013.

Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



**1ª Câmara Cível**

**Recurso de Agravo na Apelação nº. 0301594-7**

**Agravante: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Crédito no Estado de Pernambuco**

**Agravado: Itaú Unibanco S.A (atual denominação do Banco Itaú S.A)**

**Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

**VOTO DE MÉRITO**

No mérito, aduz o agravante que perdera o objeto a ação, ante o término da greve antes da prolação da sentença. Aduz ainda, que merece ser reduzida a multa diária cominada na decisão de piso.

Porém, não há que se falar em perda do objeto da ação em razão do encerramento da greve dos bancários no curso do processo, maximize porque no caso concreto houve o descumprimento da liminar concedida por parte do sindicato recorrente, ensejando sua condenação ao pagamento de multa cominatória.

Além do que é de se ressaltar que o direito de greve encontra limites, de forma que não pode ser exercido de maneira irrestrita e absoluta.

Desta forma, assim como os demais direitos consagrados legalmente e na órbita constitucional, o direito de greve é limitado pelos outros direitos estabelecidos na ordem constitucional, tal como o direito ao trabalho e a à propriedade provada, ambos ameaçados no caso em tela pela conduta dos associados do sindicato apelante.

Ademais, não se pode perder de vista a responsabilidade do sindicato recorrente no deslinde dos acontecimentos, vez que incentivou os atos de turbção de posse por parte dos bancários.



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**



Importante consignar, ainda, que o descumprimento da ordem judicial foi devidamente comprovado nos autos, haja vista as fotos juntadas ao processo e a certidão do oficial de justiça informando que os integrantes do movimento paredista intimidaram os demais funcionários do banco que não aderiram a greve de ingressarem em agências da instituição financeira.

Por fim, anote-se, entretanto, que assiste razão ao sindicato recorrente em relação ao valor da multa cominatória aplicada pelo magistrado *a quo*, eis que o valor fixado, no patamar de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) diários é, de fato, demasiadamente elevado.

No entanto, a mesma já fora reduzida por esta Relatoria na decisão terminativa ora objurgada, para o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), multa esta referente apenas à greve do ano de 2004, devidamente atualizada.

Deve o sindicato apelante ser responsabilizado civilmente por seus atos, de maneira que correta a aplicação da multa cominatória, vez que descumprida a liminar concedida à instituição agravada.

Diante do exposto, voto pelo improvimento do recurso de agravo, mantendo a decisão terminativa em todos seus termos.

É como voto.

Recife, 20 de abril de 2013.

  
**Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**  
Relator